



Ministério da Integração Nacional - MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

CT Nº 4.00 __.00/2014

CONTRATO que entre si fazem a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF e a empresa _____, na forma abaixo.

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, empresa pública federal criada pela Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, com Estatuto aprovado pelo Decreto nº 3.604, de 20 de setembro de 2000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.399.857/0001-26, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor de Grandes Áreas Norte - SGAN, Quadra 601 - Conjunto I, doravante denominada CODEVASF, neste ato, representada pelo Superintendente da 3ª Superintendência Regional da 3ª/SR, Carlos Alberto Pereira Mouco, brasileiro, casado, engenheiro Agrônomo, inscrito no CPF/MF sob nº _____, Carteira de Identidade nº _____ - SSP/_____, residente na Rua _____, nº _____ - _____, em Petrolina, Estado de Pernambuco, CEP _____, e a empresa _____ inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, estabelecida na (endereço completo), doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por (nome, qualificação, endereço resolvem celebrar o presente **CONTRATO** em conformidade com o disposto na Lei 10.520/02, nos Decretos 3.555/02 e 3.722/01 e na a Lei nº 8.666/1993 e de acordo com autorização do Comitê de Gestão Executiva da 4ª/SR, expressada através da Resolução Regional nº _____, de ____/____/____, constante da fl. ____ do Processo nº 59540.000927/2014-99, sob as seguintes cláusulas e condições:

1. Cláusula Primeira – OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a execução dos serviços de apoio técnico na implantação e acompanhamento das atividades relacionadas ao programa desenvolvimento regional territorial sustentável e economia solidária, do Plano Brasil sem Miséria, visando a estruturação de atividades produtivas na área de atuação da CODEVASF, no Estado de Sergipe.

2. Cláusula Segunda – EXECUÇÃO

Os serviços objeto deste contrato serão executados com fiel observância a este instrumento e documentos a seguir mencionados, que integram e complementam o presente contrato, independente de transcrição:

- a) Proposta da CONTRATADA datada de ____/____/2014;
- b) Edital de Pregão Eletrônico nº ____/2014-4ª/SR e seus Anexos;
- c) Documentação da CONTRATADA;
- d) Cronograma Físico e Financeiro;
- e) Demais documentos contidos no Processo nº 59530.000927/2014-99;

2.1. Em caso de divergência entre os documentos mencionados nos itens precedentes desta cláusula e os termos deste instrumento, prevalecerão estes últimos.





Ministério da Integração Nacional - MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

3. Cláusula Terceira - PRAZO

O prazo para execução dos serviços ora contratados é de 08 (oito) meses, contado a partir da emissão da Ordem de Serviço pela CODEVASF, podendo ser prorrogado na forma dos parágrafos 1º e 2º, do artigo 57, da Lei 8.666/93.

3.1. Qualquer pedido de aditamento de prazo no interesse da CONTRATADA, somente será apreciado pela CODEVASF se manifestado expressamente, por escrito, pela CONTRATADA, até 30 (trinta) dias antes do vencimento do Contrato.

3.2.1 O documento de que trata o item anterior deverá estar protocolado na CODEVASF até a data limite estabelecida para o pedido.

3.2. Eventuais prorrogações do prazo de execução somente serão autorizadas mediante apresentação, pela CONTRATADA, de documentação comprobatória de regularidade fiscal, tributária, previdenciária e trabalhista.

4. Cláusula Quarta - VALOR

O valor global do presente Contrato é de **RS** _____ (_____).

4.1. O valor teto estabelecido na(s) Nota(s) de Empenho não poderá ser ultrapassado pela CONTRATADA, salvo no caso de expedição de empenho complementar.

4.2. A infringência do disposto no item anterior desta Cláusula impedirá a CONTRATADA de participar de novas licitações pelo prazo de 06 (seis) meses, a partir da verificação do evento.

4.3. Eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do presente contrato, especialmente as referentes a serviços extras, deverão ser registradas por meio de Termo Aditivo. Os serviços extras não contemplados na planilha de preços da CONTRATADA deverão ter seus preços fixados mediante prévio acordo. Ambas as hipóteses deverão ser autorizadas/aprovadas pela CODEVASF.

5. Cláusula Quinta - RECURSOS

As despesas com a execução deste Contrato correrão por conta da Funcional Programática 15.244. 2029.20N70001, PTRES 066901 - Provimento da Infraestrutura Produtiva para Arranjos Produtivos Locais - APLs - Plano Brasil sem Miséria - NA - MI, sob gestão da 4ª Superintendência Regional, com cobertura através da(s) Nota(s) de Empenho 2014NE 00____, de ____/____/2014.

6. Cláusula Sexta - REAJUSTAMENTO

Os Preços contratuais serão fixos e irredutíveis.



7. Cláusula Sétima – PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em reais, mensalmente, de acordo com as medições, com base nos preços unitários propostos e contra apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente acompanhada da documentação de justificação de realização de cada quantitativo dos serviços faturados, com os comprovantes técnicos que lhes deram origem e relatório de andamento mensal, conforme padrão da CODEVASF, devidamente atestada pela Fiscalização da CODEVASF, observando-se o disposto nos subitens seguintes.

7.1. Para efeito de pagamento será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data final do período de adimplemento de cada parcela estipulada.

7.2. O pagamento referente a cada etapa será liberado mediante comprovação, pela Contratada, dos seguintes recolhimentos:

a) Previdência Social, através da GPS – Guia de Previdência Social (art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/91), juntamente com o relatório SEFIP/GEFIP contendo a relação dos funcionários identificados no Cadastro Específico do INSS – CEI, do serviço objeto da presente licitação.

a1) No primeiro faturamento deverá ser apresentada a inscrição no CEI – Cadastro Específico do INSS, conforme art. 19, Inciso II c/c art. 47, Inciso X da IN nº 971/09 SRF.

b) FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante GRF – Guia de Recolhimento do FGTS com autenticação eletrônica, via bancária.

c) ISS, recolhido no município de prestação dos serviços. Caso o município onde serão executadas os serviços não disponha de convênio com a Secretaria do Tesouro Nacional, para retenção do ISS, a Contratada deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal o formulário DAM – Documento de Arrecadação Municipal, correspondente ao valor do ISS da Nota Fiscal anteriormente apresentada, com a identificação do número da respectiva Nota Fiscal e alíquota incidente, com a devida autenticação Bancária, conforme Lei Complementar nº 116/2003.

7.2.1 As comprovações relativas ao INSS, FGTS e ISS a serem apresentadas deverão corresponder à competência anterior ao do mês da emissão da NFS apresentada. Quando o serviço for realizado em município conveniado com a Secretaria do Tesouro Nacional, a CODEVASF efetuará a retenção do ISS, por intermédio do SIAFI.

7.2.2 A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar:

a) Base de cálculo, alíquota e o valor a ser retido do INSS, referente aos serviços realizados em atendimento à Lei nº 8.212/1991, bem como a IN nº 971/2009 – RFB;





- b) Base de cálculo, alíquota e o valor a ser retido do ISS, referente aos serviços realizados em atendimento à Lei Complementar nº 116/2003;
 - c) O valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o art. 1º, § 6º da IN/SRF nº 480/2004, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.
- 7.3. A fatura deverá vir acompanhada da documentação relativa à aprovação, por parte da Fiscalização, dos serviços faturados, indicando a data da aprovação do evento, que será considerada como data final de adimplemento da obrigação, conforme estabelece o art. 9º do Decreto nº 1.054, de 07 de fevereiro de 1994.
- 7.4. A CODEVASF considera como data final do período de adimplemento a data útil seguinte à de entrega do documento de cobrança no local de pagamento dos serviços, a partir da qual será observado o prazo citado no subitem 17.1.1, para pagamento, conforme estabelecido no art. 9º, do Decreto nº 1.054, de 7 de fevereiro de 1994.
- 7.5. Somente serão pagos os serviços realmente realizados.
- 7.6. As faturas só serão liberadas para pagamento depois de aprovadas pela área gestora, e deverão estar isentas de erros ou omissões, sem o que serão, de forma imediata, devolvidas à Contratada para correções, não se alterando a data de adimplemento da obrigação.
- 7.7. Os documentos de cobrança indicarão, obrigatoriamente, o número e a data de emissão da Nota de Empenho, emitida pela CODEVASF, e que cubram a execução dos serviços e fornecimentos.
- 7.8. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
- 7.9. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a entrega, à CODEVASF, dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos de forma clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica em desconsideração, pela CODEVASF, dos prazos estabelecidos.
- 7.10. Não constituem motivos de pagamento, pela CODEVASF, serviços em excesso, desnecessários à execução do objeto contratado e que forem realizados sem autorização prévia da Fiscalização. Não terá faturamento serviço algum que não se enquadre na forma de pagamento estabelecida neste Contrato.





- 7.11. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.
- 7.12. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a assinatura do Contrato, de comprovada repercussão nos preços contratuais, ensejará a revisão destes, para mais ou menos, conforme o caso.
- 7.13. Ficam excluídos da hipótese referida na subcláusula anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídico tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.
- 7.14. Será considerado em atraso, o pagamento efetuado após o prazo estabelecido no subitem 7.1., caso em que a CODEVASF pagará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

AM = P x I, onde:

AM = Atualização Monetária;

P = Valor da Parcela a ser paga; e

I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

$$I = (1 + im_1/100)^{dx_1/30} \times (1 + im_2/100)^{dx_2/30} \times \dots \times (1 + im_n/100)^{dx_n/30} - 1, \text{ onde:}$$

i = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA no mês "m";

d = Número de dias em atraso no mês "m";

m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária.

- 7.14.1. Não sendo conhecido o índice para o período, será utilizado no cálculo o último índice conhecido.
- 7.14.2. Quando utilizado o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.

8. Cláusula Oitava – DA REPACTUAÇÃO

Será permitida a repactuação do preço do contrato, mediante celebração de termo aditivo, visando à adequação aos novos preços de mercado, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, admitindo, como termo inicial, a data do acordo, convenção, dissídio coletivo ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta.

- 8.1. Para efeito de repactuação, considera-se:
Minuta Proc. 59540.000927/2014-99





- a) data de apresentação da proposta: a data prevista para apresentação da proposta;
- b) data do orçamento que a proposta se referir: data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta.
- 8.2. Nas repactuações subseqüentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.
- 8.3. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação.
- 8.4. A repactuação somente será concedida mediante negociação entre as partes, considerando-se: os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração; as particularidades do contrato em vigência; o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais; a nova planilha com a variação dos custos apresentada; indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e disponibilidade orçamentária da CODEVASF.
- 8.5. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva.
- 8.6. É vedada a repactuação dos preços mediante indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos, consoante o disposto no art. 4º do Decreto nº 2.271/1997.
- 8.7. As repactuações a que o contratado fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.
- 8.8. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 8.9. O prazo referido na sub-cláusula 7.8 ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CODEVASF para a comprovação da variação dos custos.
- 8.10. Os novos valores contratuais decorrentes da repactuação terão sua vigência iniciada a partir da assinatura do termo aditivo, podendo retroagir à data do acordo coletivo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, sendo esta considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 8.11. A CODEVASF providenciará o pagamento retroativo correspondente ao período em que a proposta de repactuação permanecer sob sua análise. Neste caso, este período, de análise



pela CODEVASF, será contado como tempo decorrido para fins de contagem da anualidade da próxima repactuação.

9. Cláusula Nona – GARANTIA DE EXECUÇÃO

Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma “Caução de Execução” no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, **a ser integralizado previamente à sua assinatura, com validade de no mínimo 60 (sessenta) dias além do prazo de vigência contratual**, em espécie, em Títulos da Dívida Pública da União, com cotação de mercado devidamente comprovada por documento hábil expedido pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, Seguro Garantia ou Fiança Bancária, a critério da CONTRATADA.

- 9.1. A garantia de execução, nas suas formas acima, cobrirá quaisquer causas de inadimplemento contratual, incluindo valores destinados ao pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias eventualmente inadimplidas pela CONTRATADA. Essa condição deverá estar expressa no documento garantidor, no caso de apólice de seguro garantia ou carta de fiança bancária.
- 9.2. Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais, que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput deste cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.
- 9.3. Para efeito de obtenção de garantia de execução junto às instituições financeiras, a CODEVASF disponibilizará à CONTRATADA declaração com todas as informações do Contrato celebrado.
- 9.4. Quando se tratar de garantia em títulos de dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia automatizado pelo Banco Central do Brasil e avaliado pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, na forma do Art. 56, inc. I da Lei nº 8.666/1993 (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004).
- 9.5. Após a assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato será devolvida a “Garantia de Execução”, uma vez verificada a perfeita execução da obra/serviços e fornecimentos contratados.
- 9.6. A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela CODEVASF, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da CODEVASF – 3ª Superintendência Regional.
- 9.7. A não integralização da garantia no prazo estabelecido inviabilizará a assinatura do Contrato ou de seus respectivos aditamentos, representando inadimplência da CONTRATADA, sujeitando-as às penalidades previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93.
- 9.8. Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão do Contrato, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela CODEVASF.





10. Cláusula Dez – INTERRUPÇÃO DOS SERVIÇOS

As eventuais interrupções ou atrasos na execução dos serviços provocados por motivos supervenientes, independentes da vontade da CONTRATADA, conforme descrito no art. 393 do Código Civil, deverão ser comunicados à CODEVASF, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência. Neste caso, a critério da CODEVASF os dias de paralisação serão compensados por igual período ao final do prazo fixado na Cláusula Terceira deste instrumento.

10.1. Para efeito de compensação de prazo serão levados em consideração os atrasos na execução dos serviços, quando ocasionados pela falta de entrega, à CONTRATADA, de elementos técnicos e materiais necessários ao início ou prosseguimento dos mesmos, quando tal providência couber à CODEVASF.

10.2. Não será levado em consideração qualquer pedido de suspensão de contagem do prazo, quando baseado em fatos não comunicados à CODEVASF, por escrito, ou por esta aceito.

11. Cláusula Onze – MULTA

Nos casos de inadimplemento ou inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, caberá a aplicação de penalidade de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração, além de multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, independente de rescisão unilateral e demais sanções previstas em Lei;

11.1 Nos casos de inexecução parcial dos serviços ou atraso na execução dos mesmos, será cobrada multa de 2% (dois por cento) do valor da parte não executada do contrato ou fase em atraso, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais.

11.2 O atraso na execução dos serviços, inclusive dos prazos parciais constantes do cronograma físico, constitui inadimplência passível de aplicação de multa.

11.3. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela CODEVASF, após regular processo administrativo.

11.3.1 A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da CONTRATADA. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a CONTRATADA será convocada para complementação do seu valor no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da convocação, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente, mediante requerimento de resgate da caução de garantia, sem prejuízo de outras penas previstas em lei;

11.3.2. Não havendo qualquer importância a ser recebida pela CONTRATADA, esta será convocada a recolher na Unidade de Finanças da 4ª Superintendência Regional da CODEVASF o valor total da multa, no prazo de 10 (dez) dias, contado a partir da data da comunicação.

11.4. A CONTRATADA terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de ciência da aplicação da multa, para apresentar recurso à CODEVASF. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do Contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica, que procederá ao seu exame.

Minuta Proc. 59540.000927/2014-99





11.4.1. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Diretoria Executiva da CODEVASF, que poderá relevar ou não a multa.

11.4.2. Em caso de relevação da multa, a CODEVASF se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

11.5. Caso a Diretoria Executiva mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

12. Cláusula Doze – FISCALIZAÇÃO

A coordenação do contrato, bem como a fiscalização de sua execução serão realizadas pela CODEVASF, por técnicos designados na forma do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.

12.1. A fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do Contrato, se a Contratada mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

12.2. A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a CONTRATADA, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a CONTRATADA a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização aos locais das obras e serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

12.3. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado dentro dos termos do presente Contrato, dando conhecimento do fato à Superintendência Regional, através da Gerência Regional de Revitalização – 4ª/GRI, responsável pela execução do Contrato.

12.4. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários e, em caso de multa, a indicação do seu valor.

12.5. Das decisões da Fiscalização poderá a CONTRATADA recorrer à 4ª Superintendência Regional, responsável pelo acompanhamento do Contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da comunicação respectiva. Os recursos relativos a multas serão interpostos na forma prevista na Cláusula de Multa.

12.6. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução do objeto deste Contrato.

13. Cláusula Treze – ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA





Além dos encargos assumidos em outras cláusulas deste contrato, a CONTRATADA, sem alteração dos preços estipulados neste instrumento obriga-se à:

- 13.1. Acatar as orientações da CODEVASF, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, de Segurança e Medicina do Trabalho.
- 13.2. Responder por quaisquer acidentes de que sejam vítimas seus empregados, bem como pelos acidentes causados a terceiros, quando executando o objeto deste Contrato.
- 13.3. Pagar pontualmente os encargos decorrentes das legislações Trabalhistas, Previdenciária, Fiscal, Sociais, Comerciais e Ambiental vigentes, efetuando por sua conta, os recolhimentos em suas devidas épocas.
- 13.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, ensejarão a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.
- 13.5. Ficam excluídos da hipótese referida no item anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídico-tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam nos preços do objeto contratual.
- 13.6. Desfazer e corrigir os serviços rejeitados pela Fiscalização, dentro do prazo estabelecido pela mesma, arcando com todas as despesas decorrentes.
- 13.7. Fornecer toda a mão-de-obra, bem como todo o material necessário à execução dos serviços previstos.
- 13.8. Assumir toda a responsabilidade pela execução dos serviços contratados perante a CODEVASF e terceiros, na forma da legislação em vigor, bem como por danos resultantes do mau procedimento, dolo ou culpa de empregados ou prepostos seus, e ainda, pelo fiel cumprimento das leis e normas vigentes, mantendo a CODEVASF isento de quaisquer penalidades e responsabilidades de qualquer natureza pela infringência da legislação em vigor, por parte da CONTRATADA.
- 13.9. Estará a cargo da CONTRATADA obter, às próprias expensas, todas as licenças, certidões e autorizações que lhe serão exigidas para a sua atividade, devendo submeter-se a todas as leis, regulamentos ou determinações Federal, Estadual e Municipal relativas à execução dos serviços.
- 13.10. A CONTRATADA deverá tomar todas as precauções necessárias para evitar prejuízos a terceiros, ficando a mesma responsável pelos danos que ocorrerem em função dos serviços contratados.
- 13.11. A CONTRATADA, onde couber, deverá dotar-se de instalações necessárias e suficientes para apoio na execução dos serviços, em local público e de fácil acesso.
- 13.12. A CONTRATADA deverá observar, no que couber, o contido na Instrução Normativa INSS-100/2003, de 18/12/2003.





- 13.13. Deverá, também, efetuar o ART da execução dos serviços e do profissional responsável pelos mesmos junto ao CREA, apresentando à Fiscalização o referido documento.
- 13.14. Deverá apresentar relatórios parciais, correspondentes aos serviços executados, e no término do contrato deverá apresentar relatório final, conforme estabelecido nas Especificações Técnicas. O Relatório Final deve ser apresentada em 3 (três) vias, devidamente sintetizada, com ênfase para os resultados obtidos, evitando-se descrições e justificativa de metodologias.
- 13.15. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos causados às estruturas, construções, instalações elétricas, cercas, equipamentos, etc., bem como por aqueles que vier causar à CODEVASF e a terceiros, existentes no local ou decorrentes da execução dos serviços objeto deste Contrato.
- 13.16. Exercer a vigilância e proteção de todos os materiais e equipamentos nos locais da execução contratual.
- 13.17. Colocar tantas frentes de serviços quantas forem necessárias (mediante anuência prévia da Fiscalização), para possibilitar a perfeita execução dos serviços no prazo contratual.
- 13.18. Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão-de-obra, sem qualquer vinculação empregatícia com a CODEVASF, bem como todo o material necessário à execução dos serviços objeto do contrato.
- 12.18.1. No quadro funcional da CONTRATADA para prestação dos serviços objeto do presente Contrato não poderão figurar familiares de dirigentes da CODEVASF ou de qualquer agente detentor de cargo em comissão ou função de confiança na Empresa, em todos os níveis, nos termos do Decreto nº 7.203, de 04/06/2010.
- 13.18.1.1. Essa vedação atinge o cônjuge ou companheiro(a) e os parentes em linha reta ou colateral, por consangüinidade ou afinidade, até o terceiro grau.
- 13.19. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, e quaisquer encargos que incidam sobre os materiais e equipamentos, os quais, exclusivamente, correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao CREA do local de execução das obras e serviços.
- 13.20. Todos os acessos necessários para permitir à chegada dos equipamentos e materiais no local de execução dos serviços deverão ser previstos, avaliando-se todas as suas dificuldades, pois os custos decorrentes de qualquer serviço para melhoria destes acessos correrão por conta da Contratada.
- 13.21. A licitante vencedora deverá apresentar à CODEVASF antes do início dos trabalhos, os seguintes documentos:

- a) Plano de Trabalho a ser aprovado pela Fiscalização da CODEVASF;





- b) Cronograma físico – financeiro detalhado e adequado ao Plano de Trabalho referido na alínea acima;
 - c) Relação dos serviços especializados que serão subcontratados, considerando as condições estabelecidas no Edital;
 - c1) A CONTRATADA ao requerer autorização para subcontratação de parte dos serviços, deverá comprovar, perante a CODEVASF, a regularidade jurídico/fiscal e trabalhista de sua subcontratada, respondendo, solidariamente com esta, pelo inadimplemento destas quando relacionadas com o objeto do contrato, e que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo ou função gratificada na CODEVASF.
- 13.22. A contratada deverá manter um Preposto, aceito pela CODEVASF, no local do serviço, para representá-la na execução do objeto contratado (art. 68 da Lei 8.666/93).
- 13.23. Durante a execução dos serviços, caberá à empresa contratada as seguintes medidas:
- a) Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, a fim de garantir a salubridade e a segurança nos acampamentos e nos canteiros de serviços;
 - b) Responder financeiramente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas por quaisquer danos causados à União, Estado, Município ou terceiros, em razão da execução dos serviços; e
 - c) Fazer com que os componentes da equipe de mão-de-obra operacional (operários) exerçam as suas atividades, devidamente uniformizados, em padrão único (farda) e fazendo uso dos equipamentos de segurança requeridas para as atividades desenvolvidas em observância à legislação pertinente.
- 13.24. A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários, comerciais e demais resultantes da execução do contrato, principalmente com a obrigatoriedade de requerer a exclusão da CODEVASF, da lide, das eventuais ações reclamatórias trabalhistas propostas por empregados da contratada, em decorrência da execução contratual, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações.
- 13.25. Na hipótese da CODEVASF vir a ser condenada, solidária ou subsidiariamente nas ações reclamatórias trabalhistas mencionadas no subitem 16.18. e o contrato estiver vigente, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas e desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pela CODEVASF a título de condenação trabalhista solidária ou subsidiária, a CODEVASF utilizará o direito de regresso, em ação própria a ser intentada contra a contratada, com a qual desde já a mesma expressa sua concordância com as duas hipóteses previstas neste subitem.





- 13.26. A CONTRATADA será responsável, também, pelas despesas de viagem, alimentação e estadia que a CODEVASF tiver que realizar para sua defesa em eventuais processos trabalhistas ajuizados por empregados da CONTRATADA, na forma acima, assim como pelos honorários advocatícios, estes à razão de 20% (vinte por cento) do valor da condenação.
- 13.27. A CONTRATADA se obriga a, no caso de demissão de qualquer empregado vinculado ao presente contrato, comprovar a quitação do termo de rescisão contratual no prazo de 15 (quinze) dias do desligamento, sob pena de retenção de faturamento até a efetiva comprovação.
- 13.28. Para acompanhamento da exigência acima, a CONTRATADA se obriga a, até a data do efetivo início da execução contratual, apresentar à CODEVASF a relação dos trabalhadores contratados para execução dos serviços, mantendo essa informação atualizada durante toda a vigência do contrato.

14. Cláusula Quatorze – RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA será responsável, na forma da lei, por quaisquer danos ou prejuízos provenientes de vícios e/ou defeitos na execução do objeto contratado.

- 14.1. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas que tiverem de ser feitas, por ela ou pela CODEVASF, para reparação desses danos ou prejuízos.
- 14.2. Não serão indenizados os prejuízos à CONTRATADA que possam advir de erro ou qualquer equívoco de sua proposta ou administração.
- 14.3. A Contratada se obriga a manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

15. Cláusula Quinze – DIREÇÃO

A CONTRATADA designará um técnico, devidamente habilitado no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia para o exercício da profissão, que dirigirá os trabalhos, cabendo-lhe, também, a responsabilidade técnica das fases em que atuar, ou não atuar.

- 15.1. A CONTRATADA obriga-se a promover a anotação do Contrato no CREA com jurisdição no local de execução das obras e serviços (Lei nº 6.496/1977, art. 1º), juntamente com o registro do responsável técnico pelos serviços objeto deste Contrato, conforme Resolução nº 317, de 31/10/1986, do CONFEA, mediante apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.
- 15.1.1. A Anotação de Responsabilidade Técnica – ART citada no item anterior, devidamente registrada deverá ser apresentada à CODEVASF para juntada ao processo de contratação no prazo máximo de 30 (trinta) dias da assinatura do contrato, sob pena de suspensão da execução contratual e aplicação de multa por inadimplemento.



78, da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, observadas as disposições dos arts. 77, 79 e 80 do mesmo diploma legal.

18. Cláusula Dezoito – ENCERRAMENTO DO CONTRATO

Concluídos os serviços, a CONTRATADA solicitará à CODEVASF, através da Fiscalização o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação.

- 18.1. A CODEVASF terá até 30 (trinta) dias para, através da Fiscalização, verificar a adequação dos serviços recebidos com as condições contratadas, e emitir o parecer conclusivo.
- 18.2. Na hipótese da necessidade de correção será estabelecido um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas complemente ou refaça os serviços rejeitados. Aceitos e aprovados os serviços, a CODEVASF emitirá o Termo de Recebimento Definitivo, que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da caução contratual.
- 18.3. O Termo de Encerramento Físico do contrato está condicionado à emissão de Laudo Técnico pela CODEVASF sobre todos os serviços executados.
- 18.4. A última fatura de execução somente será encaminhada para pagamento após emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato, que deverá ser anexado ao processo de liberação de pagamento.
- 18.5. O recebimento definitivo dos serviços, após a sua execução e conclusão, obedecerá ao disposto nos artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/1993.
- 18.6. Após o pagamento de todos os valores devidos à CONTRATADA, será emitido pela Unidade Regional de Finanças da 4ª Superintendência Regional da CODEVASF o Termo de Encerramento Financeiro.



134
59540.000927/14.99
TICA



Ministério da Integração Nacional - MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

19. Cláusula Dezenove – PUBLICAÇÃO

A CODEVASF providenciará a publicação do presente Contrato, em extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias após aquela data, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/1993.

20. Cláusula Vinte – FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Sergipe, para dirimir questões oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem inteiramente de acordo com as condições estipuladas neste contrato, as partes o assinam em 3 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito, na presença das testemunhas ao final identificadas.

Aracaju, ____ de ____ de 2014.

Said Jorge Novaes Schoucair
Superintendente Regional
CODEVASF-4ª/SR

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____
NOME: NOME:
CPF: CPF:

